

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.598 - PR (2019/0303777-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
VANIA MARIA FORLIN - PR011932
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ALEXANDRE JUNIOR DE ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de ALEXANDRE JUNIOR DE ALMEIDA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Agravado em Execução n. 0024458-42.2019.8.16.0019).

Extraí-se dos autos que o Juízo das Execuções limitou a remição de pena pelo estudo a 4 horas diárias.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso, nos termos do acórdão que restou assim ementado (fls. 20/26):

AGRAVO EM EXECUÇÃO - DECISÃO QUE INDEFERIU REMIÇÃO DE PENA POR EXCEDENTES HORAS DIÁRIAS DE ESTUDO POR ENSINO A DISTÂNCIA - MANUTENÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ART. 126 DA LEP - CARÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS HORAS EFETIVAMENTE ESTUDADAS, ALIADA A AUSÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DO CURSO POR AUTORIDADE EDUCACIONAL COMPETENTE RECURSO DESPROVIDO.

No presente *mandamus*, sustenta que o § 2º do art. 126 da Lei de Execução Penal permite que seja utilizado o ensino à distância e que a fiscalização das horas cabe ao Estado, ressaltando “*que o preso não pode sofrer as consequências das falhas e ineficiências do Estado no que diz respeito à fiscalização e administração do sistema carcerário, posto que ao Estado se incumbiu, constitucionalmente, inclusive, tais funções.*” (fl. 10)

Requer, assim, em liminar e no mérito, a remição do total de horas estudadas.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de execuções a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator